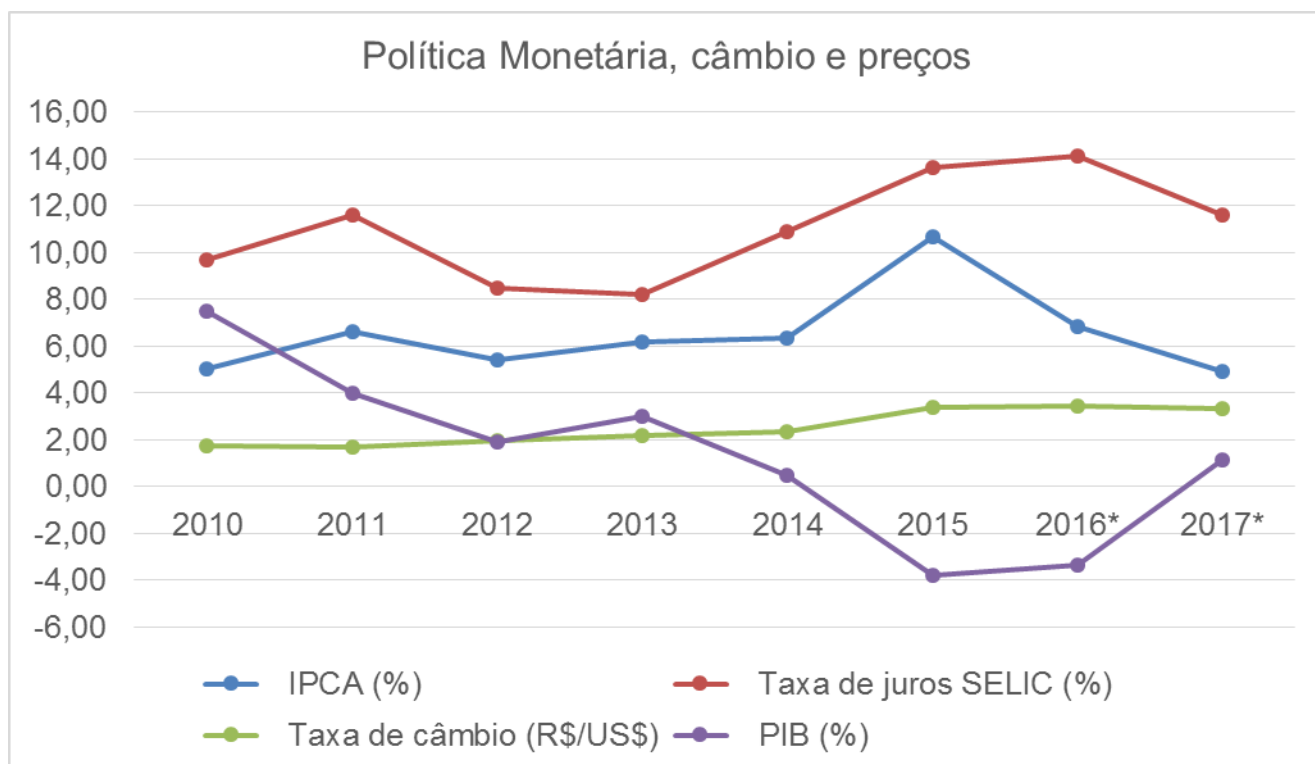


O que esperar da economia para 2017

Para analisar e pensar em um cenário sobre as expectativas de como será o desempenho da economia em 2017, devemos, em primeiro lugar, verificar como está sendo 2016 e quais os fatores que levaram a economia a chegar nesta situação. Além, é claro, de observar as ações que o governo e os agentes econômicos estão tomando para enfrentar 2017.

Com base nas Contas Nacionais, do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística–, e no Boletim Focus, podemos concluir que 2016 está sendo um ano muito ruim para economia do Brasil. Os dados abaixo mostram a evolução recente e as projeções do mercado para 2016 e 2017.



* Projeções Focus

Por que o país chegou a estes indicadores?

Muito tem-se colocado que a variável instabilidade política tenha grande influência na resposta a esta pergunta. Há de se ponderar que esta variável tem grande impacto nas decisões dos agentes na hora dos seus investimentos, por parte dos empresários, e do consumo, por parte das famílias. Porém, responsabilizar este fator como principal motivo, em resposta à pergunta, não está correto. Se não ocorresse a crise econômica, a crise política não teria sido tão grande.

A economia já vinha apresentando sinais de queda nas suas variáveis deste de 2011, e o governo tentou corrigir a tendência de queda via desoneração fiscal, redução dos juros (SELIC) e utilizando o BNDES, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, via capitalização do banco

com títulos públicos, a taxas de financiamento e prazos convidativos, como instrumentos de alavancagem dos investimentos para o setor privado. Ao mesmo tempo, ações públicas de elevação dos gastos via programas de Infraestrutura, como o PAC – Programa de aceleração do Crescimento – e o PMCMV – Programa Minha Casa Minha Vida–, também ganharam mais recursos, sempre buscando dar sustentação às taxas de investimentos. O quadro abaixo mostra a deterioração de indicadores econômicos.

Principais Indicadores	2010	2011	2012	2013	2014
Produto Interno Bruto (R\$ bilhões)	3.886	4.376	4.815	5.332	5.779
PIB per capita (R\$)	19.878	22.171	24.165	26.520	28.498
PIB (variação % em volume)	7,5	4,0	1,9	3,0	0,5
Consumo das famílias (variação % em volume)	6,2	5,0	3,5	3,6	2,3
FBCF (variação % em volume)	17,9	6,8	0,8	5,8	-4,2
Taxa de investimento - FBCF/PIB (%)	20,5	20,6	20,7	20,9	19,9
Remuneração dos empregados/PIB (%)	41,6	42,2	42,8	43,2	43,5

Fonte: IBGE

Fica a pergunta sem resposta, pois, se haviam sinais de queda do investimento, início de deterioração das variáveis econômicas e o governo atuou para que isso não ocorresse e, infelizmente, continuou a ocorrer, qual a causa?

Na economia, assim como na medicina, quando se faz um diagnóstico, atua-se nos sintomas do paciente. Às vezes erra-se o diagnóstico e o remédio no lugar de salvar pode levar o paciente à UTI. A elevação dos gastos públicos e as desonerações fiscais ocorrem em um período em que há a queda da demanda, então temos, por consequência, queda no PIB e elevação do déficit público.

Na minha avaliação, a queda nos indicadores econômicos, é fruto de vários fatores, fatores estes que se acumularam ao longo de vários anos. Vou apresentá-los de forma sucinta, para depois ligar às soluções que o governo atual está tomando, com as suas consequências e, com isso, dar base às expectativas econômicas para o ano de 2017.

Em 1994 o Plano Real buscou desindexar a economia, apagar a inflação passada da memória das pessoas e a correção quase que diária dos preços. Foi uma grande obra dos nossos economistas, mas inacabada. A grosso modo, 25% da inflação atual é dada pelos chamados preços administrados. São preços que são controlados pelo governo. Em torno de 30% dos preços sofrem impacto da variação dos preços dos produtos importados, na qual a taxa de câmbio tem grande importância. Podemos entender que mais de 50% da inflação, pode ser manipulada através da valorização da moeda, via câmbio ou controle dos preços administrados.

Com o intuito de segurar a inflação estes instrumentos foram utilizados pelos diversos governos que passaram por Brasília. Quando se valoriza a moeda nacional, há um grande impacto na cadeia de produção industrial

interna, reduzindo sua participação na composição do PIB, causando a desindustrialização da nossa economia e impactando a sustentação dos investimentos e, por consequência, o crescimento do PIB. Devido à forte inflação no período pré-Plano Real, os ativos financeiros também eram indexados, e, infelizmente, ainda continuam indexados à SELIC, que regula tanto as taxas de juros de curto, quanto de longo prazo. Neste sentido, o Plano Real ainda está inacabado, pois temos ainda variáveis importantes indexadas.

Até 1994 o governo se financiava via imposto inflacionário, após a estabilização econômica e a queda da inflação, era de suma importância haver uma reforma tributária que permitisse financiar o Governo sem grande elevação da carga tributária, com base na progressividade tributária, simplificando a cobrança dos tributos e não oneração da produção. Isso aconteceria utilizando-se as práticas tributárias que reduzem o impacto no crescimento do país, práticas estas já utilizadas em todo o mundo, porém até agora elas não foram realizadas e, como consequência, partimos de uma carga tributária de 18% do PIB em 1994, para 33% do PIB em 2015.

A indexação do salário mínimo às taxas de crescimento do PIB foi outro erro cometido, não que não se deva valorizar o salário, mas ele tem forte impacto na Previdência Pública, nos custos das empresas, e um ponto muito importante, na produtividade dos agentes da economia. A produtividade está ligada a cada setor, não ao crescimento geral da economia. Esta valorização do salário, valoriza também setores que não são produtivos, ou tão produtivos, causando desequilíbrio na economia.

Outro ponto foi a irreal análise dos agentes econômicos, famílias e empresas que, aproveitando a facilidade do crédito elevaram os seus endividamentos, imaginando que nunca acabaria o boom de crescimento da economia. Este fato reduziu a capacidade de crescimento da economia, via redução da demanda das famílias e dos investimentos por parte das empresas.

Indústrias investiram menos, devido ao alto grau de alavancagem, a troca de produção nacional por produção importada e devido ao câmbio valorizado. Famílias demandaram menos, devido ao alto endividamento. Estes fatores somados impactam o processo de crescimento da economia, explicando os problemas já sentidos em 2011. O governo tenta aumentar os investimentos via aumento dos gastos públicos e eleva o déficit público. Soma-se a este cenário a instabilidade política, com o impedimento da Presidente da República, Lava Jato, etc., reduzem-se ainda mais as perspectivas positivas, os investimentos e a demanda.

Com o diagnóstico de que o Governo elevou muito os seus gastos, o Ministro Joaquim Levy promoveu um grande corte nos gastos, contraindo ainda mais a já debilitada economia, e elevou-se a taxa de juros, SELIC, aprofundando ainda mais a queda no PIB.

Na conjuntura atual, as empresas já realizaram os seus próprios ajustes, reduzindo produção, demitindo pessoas e reduzindo ou segurando

investimentos para um momento em que a economia se mostrar com maiores e melhores perspectivas.

Neste sentido, o governo atual age para reverter as perspectivas, identificando como essencial demonstrar que o governo vai controlar os seus gastos revertendo o déficit e promovendo a reforma da previdência, algo muito necessário, caso a PEC-55 (antiga 241) seja aprovada (texto de novembro). Porém, no meu entender, isso não ataca as causas deste processo, elencadas acima, bem como o maior problema conjuntural atual, o elevado endividamento dos agentes econômicos – famílias e empresas.

Entendo que, neste momento, é de suma importância a redução das taxas de juros, via SELIC e via instrumentos que desafoguem a despesa financeira das empresas. O pouco resultado operacional que as empresas que estão sobrevivendo à crise conseguem, estão sendo consumidos pelos juros. Amenizando esta situação, as empresas que sobreviverem poderão estabilizar seus resultados e retornar aos seus investimentos em um horizonte de médio prazo. Além de reduzir as despesas com juros do Governo, que este ano devem ser superiores a R\$ 500 bilhões.

Apresentado este histórico e diagnóstico, o ano de 2017 será, mantidas as atuais ações do Governo e considerando aprovada a PEC-55, um ano em que vai ocorrer leve melhora das perspectivas dos agentes, porém sem resultar em consequências concretas de aumento de investimentos e crescimento da economia. O governo trabalhava com crescimento de 1,6% do PIB, o último boletim FOCUS já está reduzindo para 1,12%, acredito que se chegar a 0,5% será um bom resultado.

Como, no meu entender, a economia no lado da produção já chegou ao fundo poço, variações de crescimento se darão na margem, para manutenção e reposição produtiva, sem grande impacto nos investimentos.

No lado das exportações, com a eleição de Donald Trump, as perspectivas não são positivas, sendo este novo presidente do EUA uma pessoa que, em campanha, disse que vai ser protecionista. Isso pode afetar negativamente a nossa condição de exportador de commodities. O Governo atual estava, até a eleição de Trump, flertando com a valorização da moeda, como já citado acima. Isso ajuda na redução da inflação, mas piora a competitividade dos nossos produtos. Com o efeito Trump e possível elevação das taxas de juros americanas, pode acabar por piorar a nossa situação, sendo necessário que se eleve a taxa SELIC. Apenas 2017 dirá se as promessas de campanha do novo presidente americano eram promessas de candidato ou se concretizarão.

O ajuste macroeconômico já está realizado, alinhamento dos preços administrados, o efeito da desvalorização da moeda sobre a inflação já foi absorvido. Então, é muito urgente a redução da SELIC.

A PEC-55 não dará nenhum resultado imediato de contenção dos gastos, mesmo que a Reforma da Previdência seja aprovada em seguida.

Poderá apenas gerar uma reversão nas perspectivas dos agentes, mas que não estão se concretizando em ações, em investimentos. A relação endividamento bruto/PIB vai dar resultados no horizonte de 8 a 10 anos. Por este motivo, acredito que, após as eleições de 2018, a revisão da PEC será pauta do Congresso.

A PEC-55 pode ajudar a reverter às perspectivas, mas, ao mesmo tempo, o efeito multiplicador que os gastos do Governo têm na economia será perdido. As condições atuais não permitem tal ação, mas deixar de poder utilizá-la não me parece uma boa ideia.

Neste sentido, as perspectivas para 2017, não ocorrendo grandes instabilidades políticas e sendo Donald Trump um presidente, não um candidato, é de um ano de baixo crescimento, próximo a zero. Caso o Governo não atue no sentido de aliviar a situação financeira dos agentes, via queda da SELIC ou outras ações microeconômicas, os problemas da alavancagem financeira dos agentes não serão resolvidos no curto prazo e ficaremos neste marca-passo de baixo crescimento pelos próximos dois anos, pelo menos. Reverter perspectivas é importante, assim como buscar resolver problemas estruturais, mas a realidade de curto prazo tem que ser resolvida.

“A longo prazo, todos estaremos mortos” . Economista John Maynard Keynes

Eduardo Moreira Garcia é Mestre em Economia e presidente do Conselho Regional de Economia do Paraná

Os artigos de economistas divulgados pelo CORECONPR são da inteira responsabilidade dos seus autores, não significando que o Conselho esteja de acordo com as opiniões expostas.

É reservado ao CORECONPR o direito de recusar textos que considere inadequados.